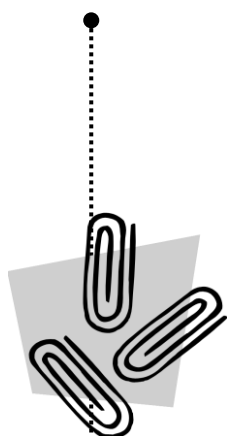


Anexo 7.06



Auto-Avaliação do Curso de Licenciatura em Ensino Básico (1º Ciclo) – 2003/2004

**(Termos de Referência da Comissão de Avaliação Externa, Grelha de
Avaliação – Dimensões Substantivas e Dimensões Operacionais)**



TERMOS DE REFERÊNCIA
DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA
DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM
EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA E 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

A – MISSÃO INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO

A1. ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1. Integração do curso na Instituição. Estratégia de integração. Compreensão pelos dirigentes, pelos docentes e pelos funcionários da missão institucional.

2. Organização interna da instituição que facilite a inserção do curso e o seu desenvolvimento articulado com a missão institucional.

3. Organização de formação acrescida no âmbito da educação de infância e do 1º ciclo do ensino básico que facilite o desenvolvimento profissional e a transformação da profissionalidade neste âmbito.

4. Organização de formação graduada no âmbito da educação de infância e do 1º ciclo do ensino básico que facilite a promoção de investigação e a transformação da profissionalidade neste âmbito.

5. Organização interna da investigação da instituição que facilite a produção de linhas, projectos e produtos de investigação no âmbito da educação de infância e do do 1º ciclo do ensino básico.

6. Envolvimento dos órgãos da instituição e dos dirigentes e dos docentes do curso no desempenho da missão.

7. Grau e qualidade da participação dos alunos nos órgãos pedagógicos.

A2.GESTÃO DA QUALIDADE

1. Mecanismos adequados para a certificação profissional (especialmente para a certificação da aptidão individual para ensinar).

2. Prática sistemática de actividades de auto-avaliação e grau de intervenção dos órgãos institucionais neste processo.

3. Avaliação do ensino pelos alunos e suas consequências.

B – PESSOAL DOCENTE E PESSOAL DISCENTE

B.1. PESSOAL DOCENTE

1. Adequação do corpo docente para a docência na formação de professores em educação de infância e 1º ciclo do ensino básico.

2. Qualificação do corpo docente.

3. Suficiência do corpo docente – ratio docente/discentes.

4. Motivação e formação do corpo docente.

5. Utilização adequada do corpo docente – adequação da distribuição do serviço docente à formação de professores em educação de infância e 1º ciclo do ensino básico.

6. Investigação do corpo docente – relevância da investigação realizada para provas académicas para a docência na formação de professores em educação de infância e 1º ciclo do ensino básico.

7. Investigação do corpo docente – relevância para a docência dos projectos e produtos da investigação.

B.2. ALUNOS (PROCURA E SUCESSO)

1. Ingresso – média de ingresso.
2. Sucesso – percentagem de sucesso.
3. Processo e empenhamento.

C -CURRÍCULO E FORMAÇÃO

C.1. OBJECTIVOS DO CURSO

1. Definição explícita dos objectivos do curso.
2. Definição do perfil de desempenho docente na educação de infância e no 1º ciclo do ensino básico utilizado como referente da formação
3. Definição das competências docentes a promover no curso.

C.2 PLANO DE ESTUDOS

1. Tipo de plano de estudos – currículo mosaico versus currículo projecto.
2. Existência e adequação de mecanismos integradores no plano de estudos (seminários, projectos e outros).

3. Equilíbrio do plano de estudos nas suas diversas componentes.
4. Adequação dos mecanismos de iniciação à profissão.

C.3. CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Adequação e relevância dos conteúdos programáticos das ciências da educação.

3. Adequação e relevância dos conteúdos programáticos da língua portuguesa e dos estudos sociais.

4. Adequação e relevância dos conteúdos programáticos da matemática e das ciências da natureza.

5. Adequação e relevância dos conteúdos programáticos das expressões artísticas e da educação física.

6. Adequação e relevância dos conteúdos programáticos da prática pedagógica.

C.4. PROCESSO PEDAGÓGICO

DISCIPLINAS CURRICULARES

1. Adequação da organização do ensino.
2. Adequação da distribuição do serviço docente.
3. Adequação dos métodos de ensino e avaliação.
4. Adequação da coordenação científica.
5. Adequação da coordenação pedagógica.
6. Adequação da articulação da formação inicial com o desenvolvimento profissional permanente.

7. Adequação da articulação do ensino com a investigação.

INICIAÇÃO À PROFISSÃO

8. Qualificação e adequação dos supervisores cooperantes – recrutamento e papel.

9. Qualificação e adequação dos supervisores cooperantes – formação e desempenho.

10. Adequação dos contextos cooperantes.

11. Qualificação e adequação dos supervisores institucionais – escolha, papel e formação.

12. Adequação da coordenação da Prática Pedagógica.

D – DIMENSÕES OPERACIONAIS

D1. PESSOAL NÃO DOCENTE

1. Estruturas administrativas de apoio ao curso; grau de satisfação.
2. Disponibilidades de pessoal técnico para o exercício de funções específicas utilizadas pelos alunos.
3. Diversidade e adequação das competências às características do curso.
4. Regime de prestação de serviço e sua adequação às necessidades do curso.
5. Rácios pessoais administrativos e técnico/pessoal docente.
6. Estratégia e dinâmica da formação do pessoal não docente

D2. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

1. Disponibilidade de espaços comuns e espaços específicos necessários, e funcionais (salas de aula e de informática, laboratórios, oficinas, anfiteatros, salas de estudo e de reuniões, gabinetes, salas para trabalho em grupo).
2. Disponibilidade dos equipamentos e dos materiais necessários (em salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços de informática e comunicação...) e sua qualidade.
3. Índices de capacidade dos espaços relativamente ao número dos alunos que os utilizam.
4. Grau de acesso dos alunos aos equipamentos informáticos e outros; nível de interiorização da prática do recurso às tecnologias de informação e comunicação, como atitude pedagógica de acesso ao conhecimento.
5. Grau de utilização dos equipamentos.

D3. RECURSOS FINANCEIROS¹

1. Recursos financeiros afectados ao curso (custos directos e indirectos), com discriminação entre "despesas de pessoal", "despesas de funcionamento" e "despesas de investimento".
2. Especificação das diversas fontes de financiamento.
3. Cálculo do indicador "custo aluno/ano".
4. Custo do "diplomado".
5. Recursos financeiros afectos pela instituição à iniciação à profissão, designadamente à componente de Prática Pedagógica.

D4 RELAÇÕES EXTERNAS E INTERNACIONALIZAÇÃO²

1. Adequação da interacção com a comunidade profissional servida - oferta de formação acrescida e de formação pós-graduada para educadores de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico, organização de acções de formação contínua e encontros relevantes, participação de docentes da instituição em encontros profissionais organizados por associações de professores ou por escolas, realização de projectos de investigação(-acção) com a participação de professores do terreno.

¹ Período dos últimos 5 anos anteriores ao ano-objecto da avaliação

² Período dos últimos 5 anos anteriores ao ano-objecto da avaliação

2. Adequação da interacção com a comunidade de formação no âmbito do ensino – participação de estudantes e docentes em programas de intercâmbio ou em programas de ensino comuns de docentes.
3. Adequação da interacção com a comunidade académica no âmbito da investigação – participação em congressos e outros encontros científicos, participação em projectos de investigação interinstitucionais, participação em júris de provas e concursos noutras instituições, participação em sociedades/associações científicas.
4. Adequação da interacção com a comunidade local ou regional envolvente.
5. Internacionalização da interacção com a comunidade de formação no âmbito do ensino – participação de estudantes e docentes em programas de intercâmbio europeus.
6. Internacionalização da interacção com a comunidade académica – participação em encontros científicos internacionais, participação em projectos de investigação internacionais, participação em júris de doutoramento no estrangeiro, participação em sociedades/associações científicas de âmbito internacional, entre outros indicadores de internacionalização.

13. AMBIENTE ACADÉMICO (APOIO SOCIAL)

1. Residências universitárias, sua adequação às solicitações; outras alternativas de alojamento. Cantinas universitárias - satisfação da procura.
2. Bolsas de Estudo.
3. Estruturas e instalações para actividades culturais e desportivas.
4. Apoio médico e psicológico.
5. Participação estudantil nas decisões que lhe dizem respeito.

14. EMPREGABILIDADE

1. Taxas de emprego de diplomados no ano da conclusão e nos anos seguintes^(**).
2. Adequação e sucesso dos diplomados no exercício profissional
3. Existência de apoio aos professores principiantes e à inserção profissional dos diplomados.
4. Existência de estruturas de empreendedorismo.

^(**)Período dos últimos 5 anos anteriores ao ano-objecto da avaliação

AVALIAÇÃO EXTERNA
DOS CURSOS DE
FORMAÇÃO DE PROFESSORES
EM EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA
E ENSINO BÁSICO DO 1º CICLO

GRELHA DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO EXTERNA

DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA E ENSINO BÁSICO DO 1º CICLO

GRELHA DE AVALIAÇÃO

1. Dimensões de Avaliação, Áreas de Avaliação e Campos de Apreciação

Na Grelha de Avaliação elaborada pela Comissão de Avaliação Externa dos Cursos de Formação de Professores em Educação de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico, os catorze Campos de Apreciação aprovados pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES) foram organizados em dois tipos de dimensões: as **Dimensões Substantivas** e as **Dimensões Operacionais ou Adjectivas**, cada uma das quais divididas em diferentes Áreas de Avaliação.

As Dimensões Substantivas incluem as seguintes **Áreas de Avaliação**: *A) Missão Institucional e Organização, B) Docentes e Discentes, e C) Currículo e Formação*. As Dimensões Operacionais (Adjectivas) incluem as seguintes **Áreas de Avaliação**: *D) Infra-estruturas e Recursos e E) Relações com as Comunidades*.

Distribuídos pelas dimensões e áreas referidas, os catorze **Campos de Apreciação** definidos no âmbito deste processo de avaliação externa referem-se: à organização institucional (**A1**) e à gestão da qualidade (**A2**), na área da Missão Institucional e Organização; ao corpo docente (**B1**) e aos alunos (**B2**), na área dos Docentes e Discentes; aos objectivos do curso (**C1**), ao plano de estudos (**C2**), aos conteúdos programáticos (**C3**) e ao processo pedagógico (**C4**), na área do Currículo e Formação; ao pessoal não docente (**D1**), às instalações e equipamentos (**D2**), aos recursos financeiros (**D3**) e ao ambiente académico – apoio social (**D4**), na área das infra-estruturas e recursos; e às relações externas e internacionalização (**E1**) e à empregabilidade (**E2**), na área das relações com as comunidades.

Na página seguinte encontra-se um quadro sintetizando esta estrutura de avaliação.

2. Dimensões de Avaliação, Áreas de Avaliação e Campos de Apreciação – quadro síntese

DIMENSÕES SUBSTANTIVAS	
ÁREA DE AVALIAÇÃO A MISSÃO INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO	
A.1.	Organização Institucional
A.2.	Gestão da Qualidade
ÁREA DE AVALIAÇÃO B DOCENTES E DISCENTES	
B.1.	Corpo Docente
B.2.	Alunos (Procura, Sucesso Escolar)
ÁREA DE AVALIAÇÃO C CURRÍCULO E FORMAÇÃO	
C.1.	Objectivos do curso
C.2.	Plano de Estudos
C.3.	Conteúdos Programáticos
C.4.	Processo Pedagógico
C.4 a.	Processo Pedagógico - componente curricular
C.4 b.	Processo Pedagógico - componente de iniciação à profissão
DIMENSÕES OPERACIONAIS (ADJECTIVAS)	
ÁREA DE AVALIAÇÃO D INFRAESTRUTURAS E RECURSOS	
D.1.	Pessoal não docente
D.2.	Instalações e Equipamentos
D.3.	Recursos Financeiros
D.4.	Ambiente académico (Apoio Social)
ÁREA DE AVALIAÇÃO E RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES	
E.1.	Relações Externas e Internacionalização
E.2.	Empregabilidade

3. Parâmetros Criteriais e Indicadores de Apreciação dos Campos de Apreciação

Para cada um dos campos de apreciação foram estabelecidos **parâmetros criteriosais** (o número de parâmetros criteriosais utilizados nesta avaliação ascendeu aos 89), para cada um dos quais foram identificados **indicadores de apreciação** (o número de indicadores utilizado foi superior às duas centenas).

Foram, ainda, definidos, para cada campo de apreciação, **parâmetros criteriosais nucleares**, que funcionaram como organizadores da interacção entre todos os parâmetros implicados num mesmo campo de apreciação, tendo em vista a melhor fundamentação, caso a caso, das apreciações efectuadas com base nos respectivos indicadores.

As apreciações descritivas da situação do Curso face aos indicadores visados na avaliação foram efectuadas com base numa escala gradativa, cujos níveis qualitativos apresentavam um número variável de categorias, de modo a ajustar, à natureza de cada parâmetro criterial, os conteúdos, necessariamente diferenciados, dos respectivos indicadores. Assim, apesar de a divisão da escala em quatro níveis qualitativos ser a dominante na **grelha de avaliação dos parâmetros criteriosais** (Muito Favorável; Favorável; Desfavorável e Muito Desfavorável), na avaliação de alguns foi usada uma escala dicotómica traduzida apenas nos níveis de Favorável e Desfavorável.

4. Classificação dos Campos de Apreciação

Os diferentes campos de apreciação foram objecto de **classificação**, segundo os níveis da escala qualitativa incluída no Aditamento 1 ao Guião de Avaliação Externa (GAE) aprovado pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES). A atribuição dos níveis de *Excelente* (A), *Muito Bom* (B), *Bom* (C), *Suficiente* (D) e *Insuficiente* (E) previstos no referido

aditamento tem por base um referencial estabelecido para os diferentes campos de apreciação.

A atribuição da classificação de cada Campo de Apreciação tem como referencial os **parâmetros criteriosais**, tendo em atenção especialmente os nucleares. Estes **parâmetros criteriosais nucleares** funcionam como organizadores da interacção entre todos os critérios de cada dimensão, de modo a permitir a fundamentação de cada decisão caso a caso.

Os critérios que permitem atribuir uma classificação a partir da apreciação dos diversos parâmetros criteriosais são os seguintes:

A – Excelente:

Todos os parâmetros criteriosais nucleares muito favoráveis e nenhum parâmetro criterial desfavorável.

B – Muito Bom:

Todos os parâmetros criteriosais nucleares favoráveis e, pelo menos, um parâmetro criterial nuclear muito favorável.

C - Bom:

Nenhum dos parâmetros criteriosais nucleares desfavorável.

D – Suficiente:

Apenas um parâmetro criterial nuclear desfavorável.

E – Insuficiente:

Dois ou mais parâmetros criteriosais nucleares desfavoráveis.

DIMENSÕES

SUBSTANTIVAS

ÁREA DE AVALIAÇÃO A

MISSÃO INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO

A1. ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1. *Integração do curso na Instituição. Estratégia de integração.*

- ✓ há documentos prévios definidores da importância e do papel do curso na *missão* e na *visão estratégica* da instituição?
- ✓ *a missão e a visão estratégica* são referidas no relatório da auto-avaliação?
- ✓ *a missão e a visão estratégica* são referidas espontaneamente no decurso da visita?

2. *Organização interna da instituição que facilite uma inserção e desenvolvimento do curso articulados com a missão institucional*

- ✓ há unidades orgânicas (*áreas disciplinares, grupos disciplinares, departamentos, escola*) vocacionadas para o desenvolvimento destes cursos?
- ✓ houve tensões ou conflitos na inserção orgânica destes cursos na universidade?
- ✓ que mecanismos há, para além das estruturas, que facilitem essa inserção?

3. *Organização de formação acrescida no âmbito da educação de infância e do ensino primário que facilite o desenvolvimento profissional e a transformação da profissionalidade neste âmbito*

- ✓ a instituição tem cursos de complemento e de especialização que sirvam a comunidade profissional de educação de infância e do 1º ciclo?

- ✓ a instituição tem formação graduada (especializações, mestrado, curso de doutoramento) a que educadores de infância e professores do 1º ciclo tenham acesso e que frequentem regularmente ?
- ✓ a instituição tem formação graduada no âmbito da educação de infância e do 1º ciclo (isto é, cujo conteúdo sejam as problemáticas da educação de infância e do 1º ciclo do ensino básico)

4. *Organização interna da investigação da instituição que facilite a produção de linhas, projectos e produtos de investigação no âmbito da educação de infância e do ensino primário*

- ✓ a instituição tem linhas e projectos de investigação no âmbito da educação de infância e do ensino primário? (quer nas áreas de ciências da educação quer nas áreas da especialidade)?
- ✓ a instituição tem produtos de investigação no âmbito da educação de infância e do ensino primário (quer nas áreas das ciências da educação quer nas áreas da especialidade)?
- ✓ que percentagem dos docentes do curso têm realizado provas académicas em temáticas deste âmbito?

5. *Envolvimento dos órgãos da instituição e dos dirigentes e dos docentes do curso no desempenho da missão*

- ✓ há referências espontâneas à missão e visão no discurso dos dirigentes?
- ✓ há referências espontâneas à missão e visão no discurso dos docentes?
- ✓ há outros indicadores de interiorização da missão?

6. *Participação dos alunos nos órgãos pedagógicos*

- ✓ qual o tipo de presença e participação dos alunos nos órgãos pedagógicos?
- ✓ qual a participação dos alunos na visita de avaliação externa
- ✓ que nos revelam os resultados do inquérito aos alunos?

Parâmetros Criteriais Nucleares: 2, 3 e 4

A2.GESTÃO DA QUALIDADE

A temática da gestão da qualidade será centrada na análise dos seguintes aspectos.

1. Certificação profissional - certificação da aptidão individual para ensinar

1. No nosso ordenamento jurídico as instituições concedem quatro certificações numa só

- ✓ *habilitação académica* – licenciado
- ✓ *habilitação profissional* – licenciado em ensino
- ✓ *certificação profissional* – licença para ensinar, certificado de aptidão individual
- ✓ *classificação profissional* – classificação que afecta directamente (sem ponderação nem regulação) a empregabilidade do professor iniciante

2. Em fase disto deverá avaliar-se se

- ✓ a instituição consciencializou a dimensão de certificação da aptidão individual para o ensino, isto é, da concessão a cada aluno, no fim do curso, de um certificado de aptidão individual para ensinar?
- ✓ existem mecanismos escritos ou assumidos explicitamente (na instituição, no conselho pedagógico, na direcção de curso, na equipa de Prática Pedagógica ou apenas na equipa de estágio) para o controlo individual desta certificação?
- ✓ não existindo mecanismos escritos ou assumidos explicitamente, existem casos concretos, nos últimos cinco anos, de reprovação ou prolongamento do estágio que indiquem algumas práticas de controlo?
- ✓ há mecanismos de detecção precoce no curso da inaptidão individual para o ensino?

2. Certificação profissional – classificação profissional

- ✓ a instituição consciencializou o impacto da classificação profissional na empregabilidade dos professores que forma?

3. Prática sistemática de actividades de auto-avaliação e grau de intervenção dos órgãos institucionais neste processo

- ✓ há mecanismos de avaliação sistemática de adequação da formação ministrada pela instituição?
- ✓ há evidência escrita dessas práticas sistemáticas de auto-avaliação
- ✓ há devolução da informação aos interessados?
- ✓ que implicação têm essas práticas de auto-avaliação?

4. Avaliação do ensino pelos alunos e suas consequências

- ✓ há avaliação regular do ensino pelos alunos ?
- ✓ há divulgação dos resultados dessa avaliação ?
- ✓ que impacto têm tido na melhoria do ensino ?
- ✓ que impacto têm tido na resolução de casos concretos de docentes sistematicamente menos bem avaliados pelos alunos ?

5. Avaliação da incorporação do contributo da avaliação anterior para a melhoria do curso em avaliação

- ✓ há evidência de contributos significativos da avaliação anterior (do curso de bacharelato) terem sido integrados na construção do curso de licenciatura contributos?

6. Avaliação do relatório de auto-avaliação

- ✓ o RAA segue o referencial sugerido pelo guião?
- ✓ os dados apresentados são suficientes e fiáveis?
- ✓ o RAA revela capacidade de análise?
- ✓ o RAA revela capacidade de síntese?
- ✓ as conclusões são abrangentes e coerentes com os dados?
- ✓ as conclusões revelam sentido crítico?
- ✓ o RAA foi discutido pelos órgãos e pela comunidade académica?

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1, 3, 4 e 5

ÁREA DE AVALIAÇÃO B - DOCENTES E DISCENTES

B.1. PESSOAL DOCENTE

O enquadramento conceptual desta avaliação é a dimensão academizante versus profissionalizante do recrutamento, formação, estruturação das carreiras, produção de conhecimento do pessoal docente dos cursos. Assim, a adequação do corpo docente será baseada na *formação académica de base* e no *desenvolvimento científico e profissional* conforme indiciado pela docência universitária, pela investigação para provas académicas, pela investigação produzida no âmbito de projectos e através da orientação de provas académicas, pela sua tradução em publicações, pela experiência de docência no ensino básico ou no secundário, pela experiência de docência nas escolas dos níveis de ensino para que está a formar.

1. Adequação do corpo docente

- ✓ O pessoal docente tem formação académica de base adequada?
- ✓ Há uma adequada percentagem de pessoal docente com desenvolvimento científico e profissional indiciado pela docência, por publicações e percurso na área?
- ✓ Há uma adequada percentagem de pessoal docente com experiência de docência no terreno ou com contactos evidenciados com a comunidade profissional servida

2. Qualificação do corpo docente

Há uma adequada percentagem de docentes do curso que têm o grau de douto? Mais de 50%?, mais de 40%?, menos de 40%?, menos de 30%?

3. Suficiência do corpo docente – ratio docente/discentes

O indicador prescrito no sistema para os cursos de formação de professores é de 1 docente para 12 discentes.

Este parâmetro criterial não chegou a ser avaliado, por falta de dados fiáveis.

4. Formação do corpo docente

- adequação da investigação realizada para provas académicas

A mais valia identitária da universidade é a sua contribuição para a produção de conhecimento nas áreas que a estruturam; por isso, é vital que as carreiras docentes, sobretudo as das áreas centrais e específicas dos cursos, se organizem ao redor das problemáticas profissionais. Assim, este parâmetro é importante para avaliar a integração orgânica dos cursos na universidade.

Essa formação adequada é indiciada pela relevância das provas académicas dos docentes investigadores (provas de aptidão, mestrado, doutoramento, agregação) para a compreensão das temáticas profissionais e das dimensões profissionais do desempenho docente. Está em causa a avaliação da estruturação das carreiras docentes.

5. Utilização adequada do corpo docente

– adequação da distribuição do serviço docente

Este indicador destina-se sobretudo a avaliar a adequação da distribuição do serviço docente nas diversas áreas do curso, isto é, a utilização relevante de docentes que indiciem compreensão das dimensões profissionais da formação inicial de professores.

6. Investigação do corpo docente

– relevância para a docência dos projectos e produtos da investigação

Este indicador destina-se sobretudo a avaliar a relevância da investigação dos docentes investigadores para a compreensão das temáticas profissionais e das dimensões profissionais do desempenho docente. Trata-se aqui de avaliar o contributo da universidade para a produção de conhecimento na área.

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1, 4 e 6

B.2. ALUNOS (PROCURA E SUCESSO)

1. Ingresso

Avalia-se se a média de ingresso dos alunos do curso se situa acima, abaixo ou na média nacional de ingresso aos cursos universitários de formação de educadores de infância ou de professores do 1º ciclo do ensino básico.

2. Sucesso

Analisa-se a percentagem de sucesso no curso indicada pela taxa dos que concluem o curso em quatro anos

3. Empenhamento dos alunos

São utilizados os seguintes indicadores

- ✓ Assiduidade
- ✓ Participação em trabalhos teóricos-práticos e práticos
- ✓ Nível de participação nas aulas
- ✓ Interações em situações de prática pedagógica
- ✓ Participação em actividades comunitárias

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1 e 2

ÁREA DE AVALIAÇÃO C CURRÍCULO E FORMAÇÃO

Juntam-se nesta Área de Avaliação de Currículo e Formação os aspectos mais substantivos do curso - os relativos aos objectivos do curso, ao plano de estudos, aos conteúdos programáticos currículo e ao processo pedagógico (quer no que diz respeito à componente curricular disciplinar quer no que concerne a componente de iniciação à profissão).

C.1. OBJECTIVOS DO CURSO

1. Definição explícita e adequada dos objectivos do curso

- ✓ existe em documentos prévios à avaliação uma definição explícita e cuidadosa dos objectivos gerais e específicos do curso?
- ✓ os objectivos estão adequadamente formulados no RAA?

2. Perfil de desempenho docente

- ✓ são invocados os perfis de desempenho docente em vigor (perfil geral e perfil específico), perfis elaborados pelo INAFOP e aprovados pelo Governo??
- ✓ existe um perfil de desempenho contextualizado (ou mais detalhado) construído pela instituição e invocado explicitamente como referencial?

3. Competências docentes a promover

- ✓ existe uma definição explícita das competências docentes a promover nas disciplinas das diferentes áreas

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1 e 2

C.2 PLANO DE ESTUDOS

Como **referentes legais** para a avaliação do plano de estudos devem considerar-se o ordenamento jurídico da formação de professores e os perfis de desempenho docente em vigor (elaborados pelo INAFOP e aprovados pelo Governo).

Como **referente conceptual** para a avaliação do plano de estudos deve considerar-se a contraposição entre um “currículo-mosaico” e um “currículo-projecto”. Isto remete-nos para a problemática do academismo versus profissionalismo numa formação que confere uma titulação profissional.

1. Congruência do plano de estudos com os objectivos

- ✓ Existem documentos prévios que fundamentam substantivamente o plano de estudos?
- ✓ O plano de estudos revela congruência com os objectivos definidos?

2. Tendências academistas versus tendências profissionais no currículo - currículo mosaico versus currículo projecto

- ✓ O plano de estudos baseia-se prevalentemente na compartimentação disciplinar ou tem mecanismos indicadores de um currículo projecto – seminários, projectos e outros?
- ✓ O plano de estudos tem mecanismos formais para a integração curricular horizontal e vertical?

3. Carga discente

São utilizados os seguintes indicadores:

- ✓ número de disciplinas por semestre e por ano
- ✓ carga horária semanal
- ✓ quantidade de trabalhos produzidos pelos alunos para as diferentes disciplinas

4. Natureza da interação entre os dois cursos

- ✓ que mecanismos de concepção curricular existem nos planos de estudos da licenciatura em educação de infância ou da licenciatura em ensino básico do 1º ciclo para garantir a formação de um professor de crianças, de um professor generalista?
- ✓ que mecanismos de concepção curricular existem nos planos de estudos da licenciatura em educação de infância ou da licenciatura em ensino básico do 1º ciclo para garantir a especificidade da formação?

5. Relação com os referentes normativos em vigor

- ✓ tendo em conta os referentes legais o plano de estudos é equilibrado em termos das diferentes componentes?
- ✓ são invocados explicitamente como referencial os perfis de desempenho docente em vigor?

6. Iniciação à profissão

- ✓ existem no plano de estudos mecanismos adequados para a iniciação à profissão?
- ✓ existe uma definição explícita das competências docentes a promover?
- ✓ a componente de Prática Pedagógica existe ao longo de todo o curso?

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1, 3 e 6

C.3. CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Os conteúdos programáticos das diversas áreas são avaliados pela sua adequação a uma formação profissional para a docência no respectivo nível educativo.

Os **referentes legais** para esta avaliação são os perfis de desempenho docente em vigor (geral e específico) e as orientações curriculares para a educação pré-escolar ou o currículo e programas para o 1º ciclo do ensino básico.

Os **referentes metodológicos** para esta avaliação são:

- ✓ a relevância dos programas para a docência no nível de educação respectivo,
- ✓ a adequação das metodologias de ensino e de avaliação,
- ✓ a relevância da bibliografia (bibliografia seleccionada, actualizada e relevante),
- ✓ a congruência entre objectivos, conteúdos e métodos

Para permitir uma análise mais específica de cada programa, estes foram sujeitos a dois tipos de avaliação – a avaliação pela subcomissão respectiva e a avaliação pelos cinco grupos de trabalho criados para o efeito, um para cada um dos seguintes cinco grandes grupos de disciplinas. Estes grupos fizeram uma apreciação transversal dos programas de todos os cursos na sua área disciplinar, permitindo assim uma maior aferição de critérios.

Assim, os **parâmetros criteriosais** deste campo de apreciação são os seguintes:

1. **Ciências da Educação - Fundamentos**
2. **Ciências da Natureza e Matemática**
3. **Língua Portuguesa e Estudo do Meio**
4. **Expressões Artísticas e Educação Física**
5. **Curriculum e Prática Pedagógica**

A classificação deste campo de apreciação é obtida a partir das apreciações dadas a cada um destes cinco parâmetros criteriosais

Todos os Parâmetros Criteriais são considerados nucleares

C.4. PROCESSO PEDAGÓGICO

O Campo de Apreciação do Processo Pedagógico subdividir-se-á em dois subcampos – um centrado na avaliação da Componente Curricular do curso e outro na avaliação da Componente de Iniciação à Profissão que assume a forma de Prática Pedagógica.

SUBCAMPO C.4.a. COMPONENTE CURRICULAR

1. Organização do ensino

Existem critérios específicos e adequados para:

- ✓ a distribuição do serviço docente?
- ✓ a organização do horário?
- ✓ a definição da dimensão das turmas?
- ✓ a articulação entre aulas teóricas e práticas?
- ✓ a dimensão e características das salas de aula e outros espaços docentes
- ✓ o formato de oferta das disciplinas opcionais?

2. Métodos de ensino e avaliação

- ✓ há um ambiente favorável à aprendizagem?
- ✓ há adequação dos métodos de ensino e aprendizagem (estimuladores da aplicação profissional, do pensamento crítico e da reflexão, da auto-formação)?
- ✓ há adequação dos métodos de avaliação utilizados?
- ✓ há articulação entre aulas teóricas e práticas?
- ✓ há adequação dos produtos discentes - do trabalho dos alunos?
- ✓ há um ambiente favorável à uma atitude investigativa por parte dos alunos?

3. Coordenação científica

- ✓ existe um locus definido e adequado para a coordenação científica do curso?
- ✓ os programas das disciplinas do curso são aprovados num órgão?
- ✓ os mecanismos da coordenação científica do curso são adequados?

4 Coordenação pedagógica

- ✓ existe um locus definido e adequado para a coordenação pedagógica do curso?
- ✓ os mecanismos de coordenação pedagógica do curso são adequados?

5. Articulação da formação inicial com o desenvolvimento profissional permanente

- ✓ existem experiências ou projectos de acompanhamento dos recém diplomados?
- ✓ há organização de acções de formação contínua?
- ✓ há colaboração ou parcerias com centros de formação de associação de escolas ou de associação de professores?
- ✓ há experiências de projectos de formação e intervenção no terreno?
- ✓ há evidência de desenvolvimento profissional de educadores de infância e professores do ensino básico através desses projectos de formação e intervenção no terreno?
- ✓ há evidência de desenvolvimento profissional de professores universitários através de projectos de formação e intervenção?

6. Articulação do ensino com a investigação

- ✓ há interacção entre a investigação produzida pelos docentes do curso e a sua docência?
- ✓ há iniciação dos alunos a perspectivas de investigação ao longo do curso?

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1, 2 e 5

SUBCAMPO C.4.b.
COMPONENTE DE INICIAÇÃO À PROFISSÃO

Na economia desta Grelha de Avaliação a Componente de Iniciação à Profissão é analisada em vários Campos de Apreciação, conforme o quadro seguinte ilustra.

CAMPO DE APRECIAÇÃO		PARÂMETROS CRITERIAIS
A2	Gestão da Qualidade	1- Certificação profissional - certificação da aptidão individual para ensinar
C1	Objectivos do Curso	2- Perfil de desempenho docente na educação de infância e no 1º ciclo do ensino básico 3- Competências docentes a promover
C2	Plano de Estudos	6- Iniciação à Profissão
C3	Conteúdos Programáticos	5- Currículo e Prática Pedagógica
C4a	Processo Pedagógico Componente Curricular	5 – Articulação da formação inicial com o desenvolvimento
C4b	Processo Pedagógico Componente de Iniciação à Profissão	Todos os cinco parâmetros, respeitantes exclusivamente à Organização da Prática Pedagógica
E1	Relações Externas e Internacionalização	2. Adequação da interacção com a comunidade de formação no âmbito do ensino 5- Internacionalização da interacção com a comunidade de formação no âmbito do ensino

Neste Subcampo de Apreciação C.4. b esta Componente de Iniciação à Profissão é considerada especificamente na sua forma de Prática Pedagógica.

A Prática Pedagógica é a componente intencional e assumida de

formação prática dos professores e representa uma iniciação gradual à profissão – aos contextos e instituições, aos valores e regras, às normas e hábitos, às práticas.

A Prática Pedagógica exige uma ruptura epistemológica na relação com os saberes – os saberes não podem já ser vistos na perspectiva de alunos das disciplinas curriculares, como conhecimentos com valor em si mesmos, mas como recursos mobilizáveis para a acção docente, quando e se for útil.

Como componente autónoma da formação profissional, a prática pedagógica inicia-se nos primeiros anos e prolonga-se ao longo do curso. Há, neste processo, duas situações distintas – a Prática Pedagógica Inicial e a Prática Pedagógica Final (estágio).

A Prática Pedagógica Inicial geralmente desenvolve-se de modo gradual baseado na passagem dos contextos comunitários e organizacionais para o contexto da sala de aula, permitindo e incentivando a ruptura epistemológica referida. Faz parte desta iniciação profissional saber transformar os conhecimentos curriculares em conhecimentos profissionais susceptíveis de serem mobilizados para a acção quotidiana. Daí que a Prática Pedagógica Inicial não se confunda com a componente prática das disciplinas curriculares.

A Prática Pedagógica Final - estágio - é a fase de prática docente acompanhada, orientada e reflectida, que serve para proporcionar ao futuro professor uma prática de desempenho docente global em contexto real que permita desenvolver as competências e atitudes necessárias para um desempenho consciente, responsável e eficaz.

Mas este estágio, porque se baseia numa actuação mais autónoma, serve igualmente para avaliar as capacidades práticas de desempenho docente dos estudantes na fase terminal do curso, capacidades nunca apreciadas em plena acção e, assim determinar da sua (in)aptidão profissional individual para o desempenho de profissão docente.

É por isso que há uma diferença qualitativa entre a Prática Pedagógica Inicial e a Prática Pedagógica Final, pois esta última concretiza a responsabilidade social e moral da instituição de formação na certificação dos professores. É esta que transforma as instituições de formação em instituições de certificação de professores. Daí a importância central que este subcampo de apreciação concede à Prática Pedagógica Final, dedicando-lhe três dos cinco parâmetros criteriosais.

1. Organização global da componente de Prática Pedagógica

- ✓ os critérios de organização global da componente de Prática Pedagógica são adequados para uma iniciação à profissão?

2. Prática Pedagógica ao longo do curso

- ✓ os critérios de organização da Prática Pedagógica ao longo do curso adequados para uma iniciação à profissão?

3. Prática Pedagógica Final (estágio)

- ✓ os critérios de organização da Prática Pedagógica Final (estágio) são adequados para uma iniciação à profissão?
- ✓ o número de estagiário por sala é adequado?
- ✓ o ratio supervisor institucional/ estagiários é adequado?
- ✓ o ratio supervisor cooperante/estagiários é adequado?

4. Supervisores institucionais – escolha, papel, formação e desempenho

- ✓ o critério de escolha dos supervisores institucionais é adequado?
- ✓ a qualificação dos supervisores institucionais para o desempenho superviso é adequada?
- ✓ o papel dos supervisores institucionais é claro, relevante e bem construído?
- ✓ o tempo semanal dedicado pelos supervisores institucionais à supervisão é adequado?
- ✓ existem dispositivos (explícitos ou implícitos) de avaliação do seu desempenho superviso?

5 Supervisores cooperantes e contextos cooperantes

- ✓ Qual o critério prioritário da instituição – o recrutamento dos supervisores cooperantes ou a escolha dos contextos cooperantes?

Supervisores cooperantes

- ✓ existe um critério definido para o recrutamento dos supervisores cooperantes?
- ✓ esse critério de escolha dos supervisores cooperantes é adequado?
- ✓ a qualificação dos supervisores cooperantes para o desempenho supervisivo é adequada?
- ✓ o papel dos supervisores cooperantes é claro, relevante e bem construído?
- ✓ o tempo semanal dedicado pelos supervisores cooperantes à supervisão é adequado?
- ✓ existem dispositivos (explícitos ou implícitos) de avaliação do seu desempenho supervisivo?

Contextos cooperantes

- ✓ existe um critério definido para a selecção dos contextos cooperantes?
- ✓ esse critério definido para a selecção dos contextos cooperantes é adequado para a escolha de contextos ecologicamente relevantes para a formação?

Parâmetros Criteriais Nucleares: 2, 3, 4 e 5

c.4. classificação global do campo de apreciação

processo pedagógico

- A classificação deste campo de apreciação, como um todo, faz-se pela média das classificações em cada Subcampo de apreciação
- Em caso desta média significar um nível intermédio (1,5; 2,5; 3,5, 4,5) prevalece a classificação do Subcampo da Componente de Iniciação à Profissão

DIMENSÕES
OPERACIONAIS
(ADJECTIVAS)

ÁREA DE AVALIAÇÃO D - INFRAESTRUTURAS E RECURSOS

D.1. PESSOAL NÃO DOCENTE

Este campo de apreciação relativo à Avaliação do Pessoal Não Docente (D1) não visa produzir um juízo avaliativo sobre o desempenho do pessoal administrativo, técnico e auxiliar da instituição relacionado como curso, mas antes avaliar a suficiência, a qualificação, a formação e a disponibilidade para os alunos dos recursos humanos nos diversos serviços que com estes contactam. Destes critérios foi considerado nuclear a suficiência, significando que a insuficiência de recursos humanos é sempre apreciada desfavoravelmente, mesmo que o desempenho do pessoal não docente existente seja considerado ótimo.

Para cada serviço relevante será analisada a adequação do pessoal não docente em relação a:

- ✓ suficiência (existência de pessoal próprio e em quantidade suficiente para um adequado funcionamento, regime de prestação de serviço e sua adequação às necessidades do curso)
- ✓ qualificação,
- ✓ formação,
- ✓ disponibilidade para os alunos.

São considerados serviços relevantes para esta análise, constituindo-se em **parâmetros criteriosais** os seguintes:

1. **Serviços académicos ou serviços administrativos de apoio aos cursos**
2. **Serviço de apoio às aulas**
3. **Biblioteca**
4. **Serviços de informática para os alunos**
5. **Laboratórios (TIC / Tecnologia Educativa, Ciências da Natureza)**
6. **Oficinas de Expressão Artística e Motora (Educação Musical, Educação Visual e Educação Dramática, Educação Física)**
7. **Outros**

Parâmetros Criteriais Nucleares: 2, 3, 5 e 6

D.2. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Para cada serviço relevante será analisado a sua adequação em relação às necessidades do funcionamento do curso, particularmente do ponto de vista da sua utilização pelos alunos.

Assim, serão objecto de análise:

- A adequação e qualidade de espaços e dos equipamentos
- A sua disponibilidade e utilização pelos alunos

São considerados serviços relevantes para esta análise, constituindo-se em **parâmetros criteriosais** os seguintes:

- | | |
|---|---|
| 1. Anfiteatros/Auditórios | 7. Laboratório de Ciências da Natureza |
| 2. Salas de aula | 8. Oficinas de Expressão Artística – |
| 3. Salas de estudo e de convívio | Educação Musical, Educação |
| 4. Gabinetes dos docentes | Visual e Educação Dramática |
| 5. Biblioteca | 9. Oficinas Educação Física - Ginásio |
| 6. Serviços de informática para | 10. Outros |
| os alunos e Laboratório de TIC | |
| ou Tecnologia Educativa | |

Parâmetros Criteriais Nucleares: 3, 5, 6, 7, 8 e 9

D.3. RECURSOS FINANCEIROS

A CAE decidiu não avaliar este Campo de Apreciação pela impossibilidade de o fazer com o grau de rigor com que se analisaram os outros, pelo que uma avaliação sem rigor poderia afectar a credibilidade do conjunto

D.4. AMBIENTE ACADÉMICO (APOIO SOCIAL)

Serão analisados a suficiência e a adequação dos seguintes apoios aos alunos no âmbito social:

- | | |
|--|---|
| 1. Bolsas de estudo | 6. Apoio médico |
| 2. Residências universitárias | 7. Apoio psicológico |
| 3. Cantinas | 8. Espaços de convívio |
| 4. Bares | 9. Asseio e limpeza dos espaços |
| 5. Estruturas e instalações para | docentes e de vivência |
| actividades culturais e desportivas | 10. Qualidade estética dos espaços |
| | docentes e de vivência |

ÁREA DE AVALIAÇÃO E - RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES

E.1. RELAÇÕES EXTERNAS E INTERNACIONALIZAÇÃO

Este campo de apreciação avalia as relações com os diversos tipos de comunidades no período dos últimos cinco anos – comunidade profissional, comunidade de formação, comunidade de investigação (comunidade académica), comunidade local ou regional.

Analisa a interacção com essas comunidades ao nível nacional (parâmetros criteriosais, 1,2, 3 e 4) e ao nível internacional (parâmetros criteriosais 5, e 6).

RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES A NÍVEL NACIONAL

1. Adequação da interacção com a comunidade profissional servida

- ✓ oferta de formação acrescida – cursos de complemento e de qualificação,
- ✓ oferta de formação pós-graduada para educadores de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico,
- ✓ organização de acções de formação contínua ou encontros pedagógicos relevantes,
- ✓ participação de docentes da instituição em encontros profissionais organizados por associações de professores ou por escolas,
- ✓ realização de projectos de investigação(-acção) com a participação de professores do terreno.

2. Adequação da interacção com a comunidade de formação no âmbito do ensino

- ✓ participação de estudantes e docentes em programas de intercâmbio,
- ✓ participação de docentes em programas de ensino comuns
- ✓ protocolos e participação em redes formativas com os centros de formação contínua de professores

3. Adequação da interacção com a comunidade académica no âmbito da investigação

- ✓ participação em congressos e outros encontros científicos,
- ✓ participação em projectos de investigação interinstitucionais,
- ✓ participação em júris de provas e concursos noutras instituições,
- ✓ participação em sociedades/associações científicas.

4. Adequação da interacção com a comunidade local ou regional envolvente

RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES A NÍVEL INTERNACIONAL

5. Internacionalização da interacção com a comunidade de formação no âmbito do ensino

- ✓ participação de estudantes e docentes em programas de intercâmbio europeus

6. Internacionalização da interacção com a comunidade académica

- ✓ participação em encontros científicos internacionais,
- ✓ participação em projectos de investigação internacionais,
- ✓ participação em júris de doutoramento no estrangeiro,
- ✓ participação em sociedades/associações científicas de âmbito internacional,

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1, 3, 5 e 6

E.2. EMPREGABILIDADE

1. Taxas de emprego de diplomados no ano da conclusão e nos anos seguintes

Será avaliado o período dos últimos 5 anos anteriores ao ano-objecto da avaliação

2. Adequação e sucesso dos diplomados no exercício profissional

- ✓ participação em encontros científicos internacionais,
- ✓ participação em projectos de investigação internacionais,
- ✓ participação em júris de doutoramento no estrangeiro,

3. Existência de apoio aos professores principiantes e à inserção profissional dos diplomados.

- ✓ participação em encontros científicos internacionais,
- ✓ participação em projectos de investigação internacionais,
- ✓ participação em júris de doutoramento no estrangeiro,

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1 e 2